



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Município de Chamusca

Registo N.º: 10156 /Ano: 2015
Entrada de 09-10-2015
Classif. ou Proc. N.º:E/90
Registado por: heliaduarte
Registado a: 09-10-2015 14:52:30

111

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal da Chamusca
Rua Direita de S. Pedro
2140-098 CHAMUSCA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

Data

S11394-201510-DSOT

16.05.05.03.00013.2012

05-10-2015

ASSUNTO: **Proposta de XIII Alteração do PDM da Chamusca - versão agosto 2015**

Relativamente ao assunto e na sequência do nosso ofício S11218-201509-DSOT, junto envio o parecer do ICNF sobre a Proposta de XIII Alteração do PDM da Chamusca - versão agosto 2015 e respetivo Relatório Ambiental, que nos foi agora remetido.

Com os meus cumprimentos

O Diretor de Serviços do Ordenamento do Território

Carlos Pina

Anexo: Of. 51111/2015/DCNF-LVT/DPAP

LCG/



GOVERNO DE
PORTUGAL

PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS

Rua Alexandre Herculano, 37 - 1250-009 Lisboa
Rua Zeferino Brandão - 2005-240 Santarém
Rua de Camões, 85 - 2500-174 Caldas da Rainha

www.ccdr-lvt.pt · geral@ccdr-lvt.pt

Tel. 213 837 100 · Fax 213 837 192
Tel. 243 323 976 · Fax 243 323 289
Tel. 262 841 981 · Fax 262 842 537

S11394-201510-DSOT - S - 06-10-2015

CÂMARA MUNICIPAL

- DE -
CHAMUSCA

Presente em

09/10/18

DESPACHO

Ordernamento e planejamento subscrito

— Dra. Margarete

O Presidente da Câmara

— Eng^o Enluia

— Eng^o Helena

Cópias entregues

Helio

12.10.2018



Exmo. Senhor
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Rua Alexandre Herculano, 37
1250-009 Lisboa

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

51111/2015/DCNF-LVT/DPAP
29-09-2015**ASSUNTO** PROPOSTA DE XIII ALTERAÇÃO AO PDM DA CHAMUSCA E RELATÓRIO AMBIENTAL

Exmo. Srs.

Em resposta ao Vosso ofício nº de referência S10251-201509-DSOT/DOT, com data de 04.09.2015, relativo ao assunto em epígrafe, temos a referir o seguinte:

A proposta da XIII alteração ao PDM da Chamusca incide resumidamente sobre os seguintes aspetos:

- Alteração do artigo 20.º - Espaços industriais, com vista a enquadrar processo de reativação da antiga FAPULME - Fábrica de Papel do Ulme, localizada a Este de Ulme, após ter estado inativa durante anos, assim como, no relativo à possibilidade da instalação de estabelecimentos industriais dos tipos 1, 2 e 3 na zona industrial das antigas cerâmicas, a Oeste de Ulme, tendo em vista a reconversão das instalações existentes desativadas.
- 21.º - Espaços agrícolas, com vista à alteração do índice de edificabilidade em espaço rural;
- 22.º - Espaços florestais, com vista a enquadrar processo da empresa Sobritas, cujo licenciamento ficou condicionado ao cumprimento de um conjunto de requisitos, entre eles, a alteração do PDM, no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental. No entanto, é objetivo da Câmara Municipal que tal alteração não abranja toda a tipologia de espaço florestal mas sim que tenha uma expressão espacial confinada à área envolvente da pedreira, pelo que se propõe criar uma subcategoria dentro dos espaços florestais com representação na carta de ordenamento, para esse efeito;
- Ajustamentos parciais na Carta de Ordenamento com o objetivo de enquadrar as alterações suprarreferidas.

Da análise do conteúdo material dos documentos, em razão de matéria da competência do ICNF, temos a referir o seguinte:

Relatório de fundamentação da alteração ao PDMCarta de ordenamento

No âmbito das correções à carta de ordenamento é referido no relatório na pg. 10 que



"A correção da mancha de Espaço Urbano implicou a sua ampliação passando a ocupar parcialmente, área classificada como Espaços Agrícolas: Reserva Agrícola Nacional e Espaços Florestais: Outras Áreas Florestais.

Esta correção exigiu também a reclassificação do espaço para "Espaços Industriais".

Nesta alteração o documento apresenta na pg. 12 duas figuras em ortofotomapa com as indústrias em questão, cuja legenda se refere à área de implantação das mesmas, contudo, nenhuma delimitação é representada no ortofotomapa pelo que, em bom rigor, não é possível verificar na proposta de alteração ao PDM naquelas áreas, no que se refere à área em vigor e à área alterada, comprometendo-se assim a sua análise na matéria da competência do ICNF, designadamente, quanto ao disposto no DL n.º 169/2001, de 25 de Maio, alterado pelo DL n.º 155/2004, de 30 de Junho, bem como, no que se refere ao disposto no DL n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo DL n.º 17/2009, de 14 de Janeiro. De referir que a mesma situação se passa com a Fig.3- Extrato da Carta de Ordenamento, Carta A.

No âmbito ainda às alterações da carta de ordenamento é referido no relatório na pg. 27 que:

"Relativamente às Áreas Florestais, o PDM não prevê a compatibilidade com o uso de indústria extrativa, sendo por isso necessário proceder a esta alteração.

Para proceder à compatibilização da atividade de extração de inertes com os Espaços Florestais propõe-se que seja alterada a carta B de ordenamento do PDM, através da delimitação de uma "área potencial de extração de inertes" e na inclusão de um ponto 8 no artigo 22º do regulamento do PDM, de forma a proceder à sua regulamentação.

A delimitação de uma área com potencial de extração de inertes restringe assim, a compatibilidade do uso de indústria extrativa a uma área territorial com capacidade para tal e não a toda a área do concelho que atualmente preenche o espaço florestal.

Desta forma o PDM em vigor passará a apresentar uma classe específica para este tipo de uso."

Consideramos que relativamente a este ponto a alteração proposta configura uma alteração de uso do solo pelo que deverá ser demonstrada no relatório de fundamentação a compatibilidade da mesma com o disposto no artigo 2.º do DL n.º 169/2001, de 25 de Maio, alterado pelo DL n.º 155/2004, de 30 de Junho.

Regulamento

Quanto às alterações no regulamento dos artigos 20.º, 21.º e 22.º temos a referir o seguinte:

Do ponto de vista genérico, consideramos que as alterações dos artigos 21.º e 22.º assumem uma expressão territorial considerável, cujo alcance melhor se enquadra no âmbito de uma revisão do plano do que num processo de alteração. Ainda assim, verificamos que no relatório as referências às Servidões Administrativas e de Restrições de Utilidade Pública, em matéria florestal, são poucas, não estando as mesmas incorporadas no articulado, designadamente, no que se refere à proteção do Sobreiro e da Azinheira e ao cumprimento do disposto do PMDFCI.

Relatório Ambiental

De um modo geral, em razão de matéria da competência do ICNF, fica-se com a perceção de que, sendo as alterações ao PDM, em alguns casos muito localizadas, a avaliação dos efeitos dessas alterações no plano,



de uma forma sistemática, ou estão omissas ou são sustentadas em informação generalizada, de base regional, sem conexão direta ao locais, mesmo quando essa informação existe e é referenciada na bibliografia.

Verifica-se que a avaliação é omissa quanto à proposta de alteração do PDM com a ERPVA do PROT-OVT, sendo apenas referida em termos de enquadramento nos objetivos estratégicos, no relativo ao PROT-OVT, Eixo Estratégico 2: Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade. Uma vez que algumas das alterações ao PDM são abrangidas pela ERPVA importa que o Relatório Ambiental avalie os efeitos e a compatibilidade sobre a mesma, designadamente, sobre as áreas aluvionares do vale do rio Tejo e seus afluentes, com particular destaque na ribeira de Ulme.

Refira-se ainda que no Relatório de Ambiental não é feita nenhuma avaliação à proposta de alteração do PDM no âmbito do risco de incêndio, designadamente, quanto à sua perigosidade.

No que diz respeito ao processo de monitorização e acompanhamento do plano, entende-se que o relatório pode ser melhorado com a introdução/alteração de vários indicadores específicos, por forma a colmatar a informação e, em alguns casos, reduzir informação redundante. É nosso entendimento que os indicadores, tendo em conta a sua importância no acompanhamento e monitorização do plano, sejam objetivos, mensuráveis e com informação de referência anterior à data da entrada em vigor das alterações ao plano.

Em termos específicos verificamos no Relatório Ambiental o seguinte:

Na página 16, não é considerada a Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015.

Na página 20, Quadro 4.2 – Critérios e Indicadores de Avaliação para o FCD Qualidade Ambiental, consideramos que o indicador “Estado químico e ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas” tem uma incidência “qualitativa” devendo, em nossa opinião, também ser “quantitativa”.

Assim, onde se lê:

Indicador: “Estado químico e ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas”;

Objetivo de sustentabilidade: “Garantir os níveis de qualidade química e ecológica das massas de água superficiais e subterrâneas através do tratamento das águas residuais antes da sua entrega ao meio”.

Deve ler-se:

Indicador: “Estado químico e de caudal das massas de água superficiais e subterrâneas”,

Objetivo de sustentabilidade: “Garantir os níveis de qualidade química e de caudal ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas através duma exploração sustentável e do tratamento das águas residuais antes da sua entrega ao meio”.

Na página 23, Quadro 4.4 – Critérios e indicadores de avaliação para o FCD Dinâmica Territorial, consideramos que para os Critérios e indicadores de avaliação, deveria existir um indicador relativo à “Evolução da ocupação do solo”, como forma de atingir o objetivo de sustentabilidade proposto.

No que se refere aos efeitos da proposta de alteração consideramos muito subavaliada os efeitos sobre a dinâmica territorial, no que se refere ao setor florestal, com o incremento gerado pela reativação da Fábrica de Papel do Ulme, tendo em conta a relação entre: as tendências e a evolução da ocupação do solo, e os fatores de ameaça elencados no relatório. Efetivamente, a indústria de pasta e papel e afins é uma



indústria diretamente relacionada com a fileira florestal e, nesse sentido, é uma indústria que compete em espaço territorial com o setor agropecuário, dois setores em realce na proposta de alteração ao PDM e com grande relevância socioeconómica local e regional. Importa que o relatório na sua análise socioeconómica avalie, não só cada setor isoladamente mas também na sua relação entre si, porque estes podem-se potenciar ou anular, e daí resultarem repercussões com efeitos distintos ao nível do esperado pelas alterações ao PDM, tanto ao nível socioeconómico como ambiental. Por outro lado, o relatório também não avalia os efeitos cumulativos para o plano entre a Fábrica de Papel do Ulme e a indústria de Celulose da Caima (Constância), localizada a norte do concelho da Chamusca (cerca de 1 Km do limite) e que distam entre si 19 km. Para este caso, refira-se ainda o interesse que nessa avaliação fosse tida em consideração a dinâmica territorial ocorrida na área norte do concelho da Chamusca nas últimas décadas, onde a influência da indústria de Celulose da Caima é muito significativa. Considera-se que a evolução aí verificada permitiria melhor compreender e prever os efeitos esperados com a reativação da Fábrica de Papel do Ulme para o concelho da Chamusca.

Do exposto anteriormente e face aos documentos apresentados considera o ICNF, no âmbito das suas competências, não estarem reunidas as condições necessárias para a emissão de parecer pelo que se emite parecer desfavorável à proposta XIII alteração ao PDM da Chamusca.

Com os melhores cumprimentos,

Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo
Divisão de Planeamento e Avaliação de Projetos

Ana Lúcia Freire

(Chefe de Divisão)